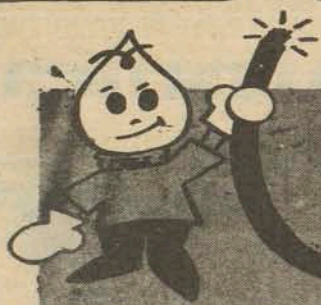




Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 164 16/01/92

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

AQUI & AGORA

E ATENÇÃO!

OS EMPREGADOS DA CELESC DE FLORIANÓPOLIS PRECISAM SABER DESSA...



ENQUANTO OS PATRÃO COLOCA A CULPA DO AUMENTO DA LUZ NOS EMPREGADO, O POVO, Ó!



DIA 16... QUINTA-FEIRAAA... NA CASA NOVA, ANTIGO RANCHO ALEGREE, ÀS DEZOITO HORASS... ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ONDE SE DECIDIRÁ... SOBRE DEMISSÕES, POLÍTICA SALARIAL, GARANTIA DE EMPREGO E ENCAMINHA-MENTOOOSS... GIL GOMES PARA O LINHA VIVAAA...



CNE vai puxar campanha para defender Setor Elétrico

Mais de 100 sindicalistas se reuniram em São Paulo para discutir a situação do Setor Elétrico. A proposta é mobilizar a sociedade civil e sacudir os eletricitários.

O Setor Elétrico brasileiro vai ser sacudido brevemente por uma grande campanha liderada pelo Comando nacional dos Eletricitários - CNE. A campanha se firma sobre três pontos básicos: 1) Contra a política recessiva e de desemprego; 2) Por uma política salarial; e 3) Defesa do Setor Elétrico.

Esta foi a resolução do I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Setor Elétrico, que aconteceu nos dias 10, 11 e 12 de janeiro em São Paulo, reunindo sindicalistas de todo o país. Cerca de 100 pessoas participaram dos debates que contaram com a presença de expressivas personalidades como o empresário Antônio Ermírio de Moraes, a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, o Secretário Nacional de Energia, Armando Araújo. Também participaram Fernando Quartin, responsável pela



Encontro teve participação de Armando Araújo (E) e Antônio Ermírio de Moraes (D)

área energética no governo de SP e José Carlos Aleluia, deputado federal (PFL/BA) e membro da Comissão de Energia do Congresso Nacional.

O Encontro marcou a necessidade urgente de uma ação em defesa do Setor Elétrico. "Até o empresariado, na figura de Antônio Ermírio, percebe que não de pode fazer o que este governo está fazendo com este setor vital para a economia", salienta Delman Ferreira, diretor do Sinergia e participante do Encontro.

A campanha pretende fazer uma ampla mobilização entre os eletricitários, "movimentar a base", como foi dito em plenário. Mas não haverá descuido

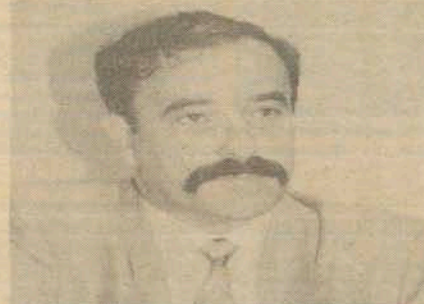
com a sociedade civil. O encontro deliberou por fazer um forte trabalho político no Congresso Nacional e junto aos governadores de estado, procurando reunir todas as forças políticas na defesa do Setor Elétrico.

O Encontro marcou algumas atividades para tratar do desencadeamento da campanha. Nos dias 1 e 2 de fevereiro acontecem reuniões regionais com eletricitários que trabalham nas áreas de produção. Dia 6 o CNE faz uma reunião para tratar de aspectos organizativos da campanha e discutir a possibilidade de greve no Setor. Nos dias 15 e 16 acontecerá uma reunião nacional dos trabalhadores nas áreas de produção.

Eletrosul tem processo "burro"

Secretário Nacional de Energia diz que as demissões são assunto para as empresas e seus gerentes.

"Falando da Eletrosul, já me manifestei dizendo que o processo lá é burro". Com estas palavras o Secretário Nacional de Energia, Armando Araújo, respondeu à pergunta de um sindicalista na plenária do I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Setor Elétrico. Foi apresentado a ele o exemplo de um departamento da Eletrosul, onde se determinou a demissão mesmo depois do chefe do setor ter elaborado um estudo que as demissões vão onerar a empresa se os serviços forem contratados no mercado.



Araújo não se responsabiliza por demissões

Araújo salientou que as demissões são um assunto das empresas e seus gerentes, mesmo quando foi questionado quanto a falta de critérios com que as empresas vêm demitindo. Para ele a conduta correta é a do chefe do tal departamento da Eletrosul. Mas Araújo disse não ter restrições com relação a contratação de pessoal fora das empresas.

O representante do governo de São Paulo, Fernando Quartin, disse que o governador Fleury tem uma posição contrária às demissões no Setor Elétrico e que ele vai usar seu prestígio político para contê-las. Iniciativa no mesmo sentido foi garantida pela prefeita paulistana Luiza Erundina: "sou contra estas demissões por um simples motivo: basta de demissões! E me coloco como prefeita da maior cidade da América Latina Sul a disposição dos eletricitários para reverter este quadro".

Lista de demissões adiada

A lista de demissões que seria apresentada na última segunda-feira (conforme notícias extra-oficiais) acabou não sendo apresentada na Eletrosul. O procedimento seria a convocação de 600 empregados para pegarem "demissão incentivada".

"Esperamos que o adiamento destas demissões signifique uma reflexão da empresa sobre o absurdo que ela está cometendo", diz Mauro Passos, presidente do Sinergia. Para ele, depois das declarações

do Secretário Nacional de Energia fica clara a obstinação por demissões da atual direção da Eletrosul. Mauro diz ainda que as palavras de Armando Araújo destacam a responsabilidade das chefias no que diz respeito às demissões.

A Intersul continua buscando formas políticas e jurídicas de barrar as demissões. "Mas o que garante o emprego mesmo é a luta", diz Mauro.

FRACASSO

Decreto é atestado de fraqueza

"O decreto 409 é mais um atestado de fraqueza do Governo Collor, que o inventou para receber as contas que não consegue cobrar". Esta foi a posição expressa pelo deputado federal José Carlos Aleluia (PFL/BA) sobre um dos assuntos mais falados do I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Setor Elétrico. O Decreto 409 de 30/12/91 é o que determina o repasse em 72 horas dos valores correspondentes a compra de energia elétrica por parte das empresas distribuidoras.

A síntese feita por Aleluia corresponde à opinião da maioria das pessoas que estiveram presente ao longo dos três dias do



Deputado Aleluia

Encontro. O representante do Governo de São Paulo, Fernando Quartim, por exemplo, garantiu ser absolutamente contrário ao Decreto. O governo paulista, segundo ele, já dispõe inclusive de um parecer jurídico que o considera inconstitucional.

A tarefa mais difícil ficou por conta do Secretário Nacional de Energia, Armando Araújo: defender o Decreto. Para ele, o Decreto não é inconstitucional e representa uma forma de acabar com a inadimplência das empresas distribuidoras. Disse ainda que esta medida é coerente com o modelo de setor elaborado pelo executivo que "atrai capital privado para a área".

ENCONTRO NACIONAL

Modelo do Setor foi debatido

O modelo institucional do Setor Elétrico foi um dos temas tratados no I ENDSSE. Falaram sobre ele especialmente o representante do governo de São Paulo, Fernando Quartim, e o Secretário Nacional de Energia, Armando Araújo.

A definição de Araújo sobre o modelo elaborado pelo Executivo é rápida e definitiva: "é uma alternativa para atrair capital privado para o setor". Ou seja, é um projeto de privatização.

O governo de São Paulo tem posição frontalmente contrária ao modelo do governo. Inclusive articu-

lou uma reunião com os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais para elaborar um projeto alternativo. Mesmo tendo elaborado uma alternativa própria, estes estados devem retrair o seu projeto para apoiar o do senador Teotônio Vilela Filho, que está sendo emendado pelo Comando nacional dos Eletricistas.

O Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA) louvou a participação do CNE na discussão do modelo do setor dentro do Congresso, caracterizando como um avanço do movimento sindical esta postura.

DESEMPREGO NÃO

Ermírio e Erundina concordam

O empresário Antônio Ermírio de Moraes e a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT/SP), embora não participassem do mesmo painel no I ENDSSE falaram sobre o mesmo assunto: recessão. Luiza centrou fogo no desemprego, acusando o governo de insistir de forma irresponsável na recessão como instrumento para combater a inflação. "Collor está aumentando a miséria", disse a prefeita.

O ponto de vista de Antônio Ermírio é idêntico no que diz respeito ao combate à inflação. Ele também criticou o



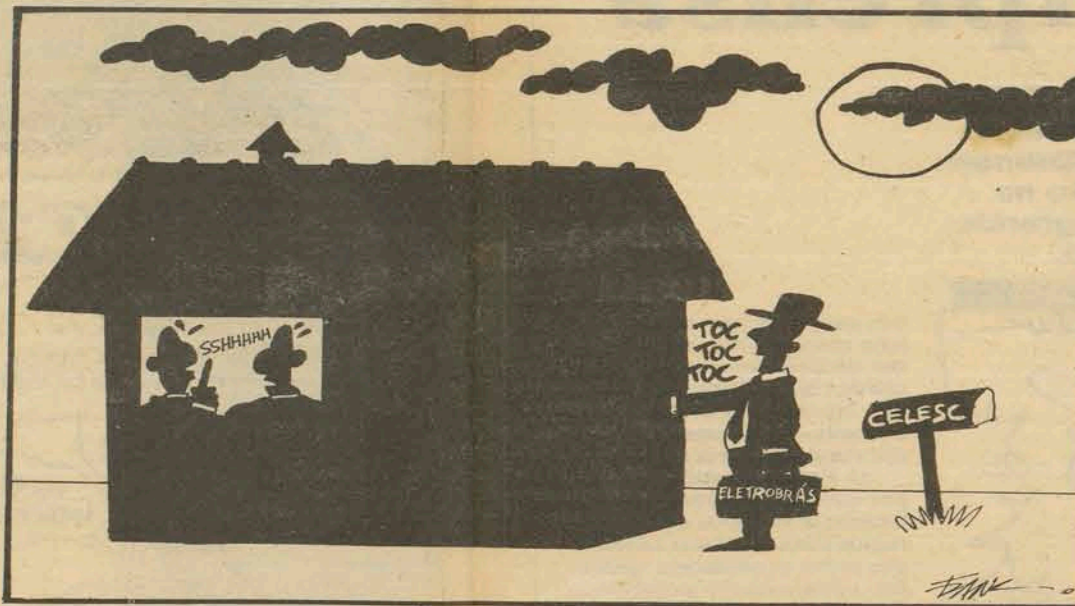
Erundina: pelos eletricistas

processo de privatizações, dizendo que foi um erro o governo começar as privatizações por uma empresa rentável como a Usiminas. "Quem vai ter interesse quando privatizarem as empresas sabidamente deficitárias?", perguntou o empresário.

Antônio Ermírio disse, ainda, que não acredita na privatização do Setor Elétrico, especialmente por não haver recursos para isso. Mas alertou que "trata-se de um setor estratégico para qualquer política de desenvolvimento, não sendo possível qualquer país se desenvolver sem ter domínio de seu setor elétrico".

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Delman Ferreira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamozon. Ilustração: Frank Mala. Diagramação e composição: Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Arrancada contra demissões



tecedendo um ano eleitoral, justamente quando a sociedade brasileira está discutindo no Congresso a reforma do setor elétrico e à revelia das conversas do governo federal com as concessionárias para quitar as dívidas passadas.

Por causa deste decreto o presidente da Celesc, Fernando Verdine, disse que teria que demitir mil funcionários ou aumentar a tarifa em 35%, já que, por causa do decreto, não poderia aplicar

A diretoria da Celesc comunicou aos sindicatos que no ano passado foram contratados 700 mil homens/hora de empreiteiras para prestar serviços à Celesc. Os sindicatos sabem também que 20% de todo faturamento da Celesc não está sendo pago por grandes consumidores e que houve na administração passada desvio de dinheiro para a construção da Ponte Pedro Ivo e que a atual gestão antecipou recursos para os cofres estaduais.

ro Passos, fizeram vários contatos com a direção da empresa. No final na semana passada Verdine se disse "decepcionado" com Mauro por ele não ter comparecido a um encontro para discutir a questão. Sobre isto o presidente do Sinergia enviou carta para Verdine (veja box).

Ilmo. Senhor
LUIZ FERNANDO VERDINI SALOMON
DD. Presidente da CELESC

Prezado Senhor:

Em relação aos seus comentários na coluna VISOR, do Diário Catarinense, de 11.01.92, de estar decepcionado pelo meu não comparecimento na reunião agendada para sexta-feira última, onde seria tratada a questão das demissões na CELESC, venho através desta prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Como é de seu conhecimento, o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, nunca deixou de comparecer a qualquer reunião marcada pela CELESC, inclusive esta, de sexta-feira última;

2. Como é do seu conhecimento, a representação do Sindicato nas reuniões, não se limita a pessoa do seu Presidente, bem pelo contrário, atuamos como uma diretoria colegiada, abrindo espaço a participação de todos os diretores;

3. Na sexta-feira última, sábado e domingo, participava, representando o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, de um encontro de dirigentes sindicais, em São Paulo, com o Secretário Nacional de Energia, com um representante da Comissão de Energia do Congresso, com um representante do Governo do Estado de São Paulo e com um representante da classe empresarial, Dr. Antonio Ermírio de Moraes, justamente debatendo o impacto do Decreto 409, de 30.12.91, que atinge diretamente todas as concessionárias estaduais de energia elétrica, e, em especial a CELESC, que originou, inclusive, as suas precipitadas declarações na imprensa que iria demitir (em razão deste decreto) 1.000 trabalhadores da CELESC.

Feitas estas colocações em consideração ao cargo que o senhor ocupa e principalmente em respeito a todos os celesquianos que o Sindicato representa, aproveito para informá-lo que a discussão sobre o novo Decreto foi extremamente produtiva, e que outras ações políticas, a exemplo desta que tomamos a iniciativa, poderão concretamente reverter esta situação de intransigibilidade que o Decreto 409 criou.

Embora lamentando profundamente a maneira como o senhor explorou esta questão junto a opinião pública, tentando denegrir a imagem do Sindicato e a minha pessoal, coloco-me ao seu inteiro dispor para detalhar e debater as alternativas que foram vislumbradas neste encontro em São Paulo.

Saudações Sindicais.

Mauro Guimarães Passos

Nós erramos

João José Cascaes Dias comunicou à redação do Linha Viva algumas incorreções da edição nº 163, na cobertura dada à palestra onde abordou o tema das privatizações e reforma do setor elétrico. Considera, entretanto, que a questão deverá voltar nos próximos números do jornal e as colocações mal relatadas, se ainda não percebidas dos leitores, serão reparadas oportunamente.

Concessionárias contra o decreto

Os presidentes de 26 concessionárias estaduais distribuidoras de energia elétrica reuniram-se semana passada em Brasília e apoiados num parecer do jurista Miguel Reale consideraram unanime-

mente inconstitucional o decreto 409. Toda a argumentação recolhida por eles vai ser reunida para levar uma ação à Justiça, caso até o final do mês o governo não negocie o texto do decreto.

Parecer favorável

A Procuradoria Regional do Trabalho/SC, através do procurador regional, deu seu parecer relativo ao processo movido pela Eletrosul contra o presidente do Sinergia, Mauro Passos.

O procurador - que em tese é o guardião da lei e da ordem - se manifestou no sentido de que seja negado provimento ao recurso da empresa, no inquérito para apuração de falta grave, "pois, em última análise não há prova nos autos de

que seja o requerido (Mauro) o autor dos atos de que foi acusado.

Novo Modelo cria mais uma empresa

O Secretário Nacional de Energia, Armando Ribeiro Araújo, defendeu o projeto de criação da Empresa Nacional de Suprimento Elétrico (Ense), como a melhor alternativa para reestruturação do modelo institucional do setor elétrico brasileiro.

Para ele o novo modelo apresentado promoverá a quebra do monopólio da energia na área de geração, diminuindo os custos de investimentos.

Com a Ense, segundo o secretário, haveria uma abertura do setor para investimentos da iniciativa privada.

Eletrobrás promete para ganhar dólares

Depois de longas negociações, que envolveram muitas promessas de ajuste de tarifas de energia elétrica e enxugamento do setor, a Eletrobrás acredita que conseguiu convencer o Banco Mundial (BIRD) a prorrogar o prazo para a assinatura de um empréstimo de 385 milhões de dólares. O contrato estará negociado e assinado até dia 14 de março. O prazo anterior venceu em setembro mas a Eletrobrás sabia que tinha poucas chances de conseguir o empréstimo e pediu o adiamento. A meta com a qual a Eletrobrás se comprometeu é de levar o custo do megawatt/hora para aproximadamente 64 dólares. O empréstimo vai ser aplicado exclusivamente no sistema de transmissão.

A farsa ainda assusta?

João Vicente Borba Fº
Diretor Sind. Trabalhadores em Entidades Sindicais

A cada dia que passa mais o governo Collor se apresenta como uma farsa, e como uma tragédia para a maioria dos brasileiros. A cada semana os jornais e revistas revelam atos sórdidos e lamentáveis que se reproduzem em torno no Presidente.

A revista Isto É/Senhor desta semana revela os documentos encontrados num arquivo secreto da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul que esclarecem que o "conflito" acontecido na cidade gaúcha de Caxias do Sul poucos dias antes do segundo turno das eleições presidenciais foi uma farsa. Os chefes da campanha collorista contrataram 500 pessoas em empresas de vigilância para simular um confronto. Pelo menos é o que foi apurado pela polícia secreta da Brigada

Para um governo eleito na esteira do combate à corrupção, este que temos parece uma falsificação grosseira.

Militar do RS, inclusive através de gravações de telefonemas.

Mas se algumas coisas levam anos para "aparecer", outras não resistem a alguns dias e vêm a tona. O descarado plágio de um pretensio partido, coloca Collor no rol dos pobres de espírito e intelecto. É pior do que isso: mostra a velha prática dos caudilhos que criam partidos para lhe apoiar, uma vez que não têm mais nenhuma sustentação institucional.

Para um governo eleito na esteira do combate à corrupção, este que temos parece uma falsificação grosseira. Que o digam a Previdência, a Caloi, e tantos outros episódios que é melhor nem lembrar. Mas como é que se pode dormir tranquilo vendo o próprio Antônio Ermírio de Moraes dizer que o maior problema deste governo é o tempo que falta para ele terminar.

Quem bom seria se tudo se resumisse a um problema moral e de inadimplência intelectual. Com alguns livros e algumas sentenças judiciais tudo poderia se resolver. Mas, como diz o ditado, o buraco é mais embaixo. A bandalheira se confunde com projetos políticos até que seja quase impossível distinguir um do outro. É assim que vemos uma enorme confusão entre o público e o privado, chegando às raízes do absurdo, como no caso Zélia/Cabral.

Junto com o projeto neo-liberal das privatizações vêm uma série de interesses particulares de grupos de amigos do governo. Quando se fala em CIACS sempre se acaba falando em empreiteiras. Em cada jogada política sempre há um bom amigo ou um parente para lucrar (e muito) em cima.

E assim segue o Brasil, literalmente aos sustos. Que pelo menos siga se assustando. O que intriga é a possibilidade desta farsa ir tão longe que os acostumados com ela e percamos, além de tudo, a capacidade de nos assustar.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Uma nova Lei de Imprensa

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação realiza reunião e elabora uma proposta de Lei de Imprensa para apresentar à sociedade. Os monopólios estão na mira. Este ano o Fórum deve se transformar em um grande Movimento Nacional, mobilizando a população.

Representações de 11 estados e 40 entidades participaram da 3ª Reunião do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, dos dias 11 e 12 de janeiro, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, na capital paulista. O encontro elaborou uma proposta de Lei de Imprensa para apresentar no Congresso Nacional e estabeleceu uma estratégia de atuação em várias frentes durante o ano.

As definições estratégicas para o Fórum dizem respeito a uma arrancada no sentido de transformá-lo brevemente em um Movimento Nacional. Para isso, conforme os debates, é necessário que além de trabalhar no nível institucional como vem trabalhando, o Fórum consiga ampliar seu trabalho envolvendo mais efetivamente a sociedade civil e um grande número de entidades.



No ano que passou o Fórum teve participação decisiva em questões importantes como a da criação do Conselho de Comunicação Social (órgão consultivo na esfera da Secretaria Nacional de Comunicação do Ministério da Infra-estrutura), e nos debates sobre a cabodifusão (TVs por cabo). No que

se refere ao Conselho já há regulamentação pelo Congresso, sendo contemplada a posição do Fórum. Quanto à cabodifusão, houve intensa atividade a nível de Congresso e Ministério impedindo que um "decretaço" regulamentasse o assunto de acordo com a vontade do empresariado.

LEI DE IMPRENSA - A ação do Fórum impediu que o Congresso Nacional discutisse a questão da Lei de Imprensa com base exclusivamente no projeto do Senador Josaphat Marinho (PFL/BA) e do posterior substitutivo do Senador José Fogaça (PMDB/RS), denunciando a falta de debate sobre o assunto.

Agora, o Fórum vai atuar no Congresso com base em uma proposta própria, aprovada na reunião do final de semana. A proposta de Lei do Fórum tem em seu primeiro artigo a afirmação de que "é livre, sob qualquer forma ou processo, toda e qualquer manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a opinião, bem como a procura, coleta, o recebimento e a difusão de informações, independente de censura e através de qualquer meio de comunicação social..."

A proposta de Lei também veda a constituição de monopólios e oligopólios. O texto define como monopólio quando uma mesma empresa ou grupo controlador concentra mais de 30% da difusão da comunicação pública no território nacional, região ou estado. O documento também prevê um prazo de

três anos para que as empresas hoje monopolistas regularizem sua situação através da alienação de sua participação societária. No âmbito municipal, o Conselho de Comunicação Social regulamentaria a questão.

O Fórum também vai propor que a Lei de Imprensa determine o incentivo a produção regionalizada, determinando que todas as emissoras tenham sua programação constituída 50% de produção independente, 25% de produção própria e 25% de outras produções. A preocupação é evitar a descaracterização cultural promovida pelos monopólios e pela centralização da produção. Ou seja, não basta desconstituir o monopólio da radiodifusão, mas também da produção.

CONTROLE PÚBLICO - O grande mote da proposta de Lei de Imprensa é o controle público dos meios de comunicação. Para isso ela prevê a obrigatoriedade dos veículos de comunicação disporem de um serviço de atendimento ao público, integrado obrigatoriamente por um ombudsman.

A proposta de Lei regula também o direito de resposta, e as responsabilidades penais e civis nos casos em que houver dolo ou culpa, obrigando a reparação de danos morais e materiais. A novidade é o incremento das penas no caso de multas e a exclusão da pena de prisão.

O Fórum vai procurar entidades empresariais, como a ABERT - Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, e partidos políticos para negociar, visando a aprovação do projeto no Congresso.

RÁDIOS LIVRES - O Fórum determinou como principais atividade para este ano, além da construção do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação, a disputa acerca de um Código Nacional de radiodifusão, a defesa das rádios livres, buscando a sua legalização das emissoras comunitárias, a disputa acerca da Lei de Imprensa e a defesa da Regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Núcleo de SC cria Fundação

O Comitê de Santa Catarina do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação realiza hoje (dia 16) uma assembléia para criar uma fundação que pretende desenvolver e promover estudos e atividades no sentido da defesa do livre acesso, circulação e produção de informação.

A proposta de criação desta estrutura está sendo discutida desde fevereiro, quando foi constituído o comitê. Segundo o vereador Vitor Schmidt (PT/Fpolis), um dos coordenadores do comitê, a fundação dará um novo impulso para o movimento pela democratização da co-



Vitor: nova perspectiva para a luta

Arquivo Linha Viva

municação. "A gente passa a ter uma estrutura concreta, com possibilidade de alocar recursos em outras instituições e, inclusive, produzir veículos de comunicação alternativos aos monopólios. Mas a Fundação não deixará de agir como comitê estadual do Fórum Nacional", explica Vitor.

A assembléia acontecerá hoje (dia 16), às 10 horas, no auditório do Sinergia (Lacerda Coutinho, 149). A participação é aberta a todas as pessoas e entidades interessadas em participar da fundação e da luta pela democratização dos meios de comunicação.